



Revista
FONTES DOCUMENTAIS

**DIFUSÃO EM ARQUIVOS PERMANENTES:
UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA NA BASE DE DADOS EM
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

*DISSEMINATION IN PERMANENT ARCHIVES:
A NARRATIVE REVIEW OF THE LITERATURE IN THE INFORMATION SCIENCE DATABASE*

DOI: 10.9771/rfd.v7i0.65116

Ana Patrícia Neves Rojas

Mestranda em Ciência da Informação e bacharel em Arquivologia, ambos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: apn.rojas@gmail.com

Bruna Lessa

Professora do Instituto de Ciência da Informação - Universidade Federal da Bahia (ICI/UFBA). Doutora e Mestre em Ciência da Informação pela UFBA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4485-203X> E-mail: lessbruna@gmail.com.

RESUMO

A Arquivologia discute, enquanto função arquivística, as ações de difusão em arquivos considerando suas dimensões informacionais e comunicacionais, sobretudo o âmbito educativo, editorial e cultural. Levando em conta os fenômenos sociais que interferem nesta função arquivística, tais como legislação, demandas sociais, práticas profissionais, tecnologia, comunicação e outras peculiaridades do singular objeto da informação arquivística, vê-se que o próprio conceito de difusão é complexo, e envolve múltiplos agentes. Neste contexto, o valor e natureza histórica dos arquivos permanentes, para além de sua preservação, são potenciais fontes de informação sobre a memória individual e coletiva, por isso, sua difusão demanda apreciação e tratamento específico. Esta pesquisa tem por objetivo analisar como se dá a prática de difusão em arquivos permanentes, identificando o estado da arte sobre o objeto. Como método de pesquisa, trata-se de estudo de revisão narrativa de literatura, utilizando como técnica para coleta de dados o levantamento bibliográfico na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), sobre as temáticas: Arquivo permanente; Difusão da informação arquivística. Utiliza-se o recorte temporal para os artigos produzidos nos últimos 5 anos, a partir do início desta pesquisa. Aplicando os critérios definidos para o levantamento, 11 artigos foram utilizados para esta revisão narrativa, fornecendo 153 referências passíveis de utilização nesta pesquisa. Este estudo demonstrou tendências contemporâneas e lacunas na abordagem conceitual da temática. No contexto da pesquisa realizada, o estado da arte sobre a temática indica que o tratamento de arquivos permanentes compreende discussões sobre preservação documental (digital e/ou tradicional) que permitem a recuperação, o reuso da informação e a difusão da informação, centrada no âmbito da memória, valorizando o potencial do

acervo, agregando ações educativas que possibilitem maior visibilidade institucional e, propriamente, da informação arquivística, além da garantia da manutenção de direitos dos cidadãos através do acesso à informação.

Palavras-Chave: arquivos permanentes; difusão de arquivos; informação arquivística; preservação documental.

ABSTRACT

Archivology discusses, as an archival function, dissemination activities in archives considering their informational and communicational dimensions, particularly in the educational, editorial, and cultural domains. Social phenomena such as legislation, social demands, professional practices, technology, and communication influence this function, making the concept of dissemination inherently complex and involving multiple agents. In this context, the historical value and nature of permanent archives, beyond their preservation, position them as potential sources of information about individual and collective memory. Their dissemination requires specific appraisal and treatment. This research aims to analyze the practice of dissemination in permanent archives, identifying the state of the art on this subject. The study employs a narrative literature review as its research method, using a bibliographic survey technique in the Brazilian Database in Information Science (BRAPCI). It focuses on the topics of permanent archives and dissemination of archival information. Articles published in the last five years were selected, resulting in 11 articles and 153 references used in this narrative review. The study highlights contemporary trends and gaps in the conceptual approach to the topic. Findings indicate that permanent archive treatment encompasses discussions on document preservation (digital and/or traditional), enabling information retrieval, reuse, and dissemination. These discussions emphasize memory, the value of collections, and educational actions to enhance institutional and archival information visibility, while ensuring citizens' rights through access to information. **Keywords:** permanent archives; archive dissemination; archival information; document preservation.

1 INTRODUÇÃO

A difusão de informação em arquivos permanentes demanda uma análise minuciosa, devido à natureza singular do tratamento arquivístico e ao objetivo primordial de recuperação da informação. Essa perspectiva se torna evidente ao se discutir o paradigma pós-custodial na Arquivologia: afastando-se do custodialismo, patrimonialismo e historicismo, a difusão emerge como um componente crucial, intrinsecamente ligado à recuperação informacional.

Os documentos designados como arquivos permanentes carregam consigo um valor testemunhal, comprobatório e probatório, assim como um valor potencial para a pesquisa e orientação científica. Arquivos históricos se tornam fontes de consulta que alimentam interesses diversos. Bellotto (2006, p.228) apresenta o conceito de "consciência histórica", ressaltando sua força tanto para atender às necessidades administrativas quanto para envolver a comunidade, desde que ela participe ativamente dos acervos. No entanto, ao se concentrar na análise desses documentos, tornou-se evidente uma lacuna de pesquisa: a difusão da informação em arquivos permanentes. Esse contexto estimulou alguns questionamentos: como a difusão da informação ocorre efetivamente em arquivos permanentes? O que diferencia a difusão nos

arquivos permanentes das demais fases? Quais são as etapas ou fases do processo de difusão? Quais são as influências da difusão de acervos permanentes? Quais outras questões circundam e fundamentam essa problemática?

Embora não seja possível oferecer respostas definitivas neste estudo, é fundamental considerar essas indagações para uma análise profunda do problema em questão. Nesta perspectiva, o objetivo geral deste trabalho é analisar a prática atual de difusão da informação em arquivos permanentes. Para atingir esse objetivo, foram delineados objetivos específicos que visam aperfeiçoar a precisão da análise dos dados:

- realizar um levantamento bibliográfico de artigos científicos publicados nos últimos cinco anos, sobre a difusão da informação em arquivos permanentes;
- apresentar uma revisão narrativa dos estudos relacionados à difusão da informação arquivística.

Destaca-se aqui, como limitação deste estudo, que emerge das análises iniciais, reside na observação de diferentes autorias que apontam a restrição de debates sobre o termo da "difusão" em arquivos. Tal constatação também é refletida no resultado do levantamento bibliográfico realizado na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), uma plataforma reconhecida no campo da Ciência da Informação.

Diante das reflexões alcançadas, a presente pesquisa almeja, por meio de uma revisão narrativa da literatura, delinear o estado da arte no que tange à difusão em arquivos, sobretudo na fase permanente. Essa análise se fundamenta na investigação científica publicada na BRAPCI durante o período de 2018 a 2022, utilizando os descritores previamente estabelecidos.

Na próxima seção, faz-se uma introdução ao tema de arquivos permanentes visando buscar estabelecer um contexto abrangente e essencial para compreender os tópicos delineados neste trabalho, ressaltando com isso a importância da preservação e difusão desses arquivos como uma fonte rica e viva da memória coletiva, bem como a evolução das práticas arquivísticas diante das demandas contemporâneas.

2 ARQUIVOS PERMANENTES

A preservação da memória coletiva e a garantia do acesso à informação têm sido fundamentais para a compreensão e construção da história das sociedades. O arquivo, como órgão receptor de documentos provenientes de entidades públicas ou privadas, assume um papel crucial na organização, conservação e disponibilização desses registros, enriquecendo a

tessitura do conhecimento humano. O acervo documental, organizado segundo sua origem e função, reflete não apenas a estrutura administrativa das entidades produtoras, mas também os valores, decisões e ações que moldam o curso dos eventos. Nesse contexto, a difusão de arquivos permanentes surge como um processo vital para a disseminação do conhecimento dessas fontes primárias.

O arquivo executa um papel multifacetado, o qual está além das ações práticas para sua organização e difusão, mas como um elo dinâmico entre o passado, o presente e o futuro. A importância da difusão nesse contexto não pode ser subestimada, por transcender as esferas jurídicas, funcionais e administrativas dos documentos, estendendo-se ao reino dos fins culturais e de pesquisa histórica.

A difusão de arquivos permanentes adquire uma significância ainda mais pronunciada à medida que os documentos ultrapassam seu prazo de validade legal. Quando as razões originais para a criação dos documentos não estão mais vigorosas, esses registros transmitem informações cruciais que permeiam os registros históricos e culturais, proporcionando um vislumbre enriquecedor das narrativas individuais e coletivas que moldaram as sociedades ao longo do tempo.

O surgimento dos documentos de arquivo está associado à invenção da escrita. Houve a necessidade de lançar registros informacionais com objetivo administrativo e, também, criar obras literárias (Rousseau; Couture, 1998). Bellotto (2006), sobre a definição do papel do arquivo, estabelece

[...] que o arquivo é o órgão receptor (recolhe naturalmente o que produz a administração pública ou privada à qual serve) e em seu acervo os conjuntos documentais estão reunidos segundo sua origem e função, isto é, suas divisões correspondem ao organograma da respectiva administração; que os objetivos primários do arquivo são jurídicos, funcionais e administrativos e que os fins secundários serão culturais e de pesquisa histórica, quando estiver ultrapassado o prazo de validade jurídica dos documentos (em outras palavras, quando cessarem as razões por que foram criados); e que a fonte geradora é única, ou seja, é a administração ou é a pessoa à qual o arquivo é ligado (Bellotto, 2006, p.38).

Os documentos produzidos no decorrer das atividades de uma entidade em idade corrente serão, posteriormente, classificados como arquivo permanente caso ainda possuam valor jurídico, administrativo ou financeiro (mesmo após o vencimento de seu valor primário), ou tenham valor ligado a preservação de direitos individuais, como direito à propriedade, ou apresentem valor testemunhal, probatório, de prova, ou ainda, tenham valor potencial para pesquisa e norteadores científicos. Cabe ressaltar que essa classificação será, sobretudo, uma

ação intelectual no escopo de atividades do arquivista. Conforme Bellotto (2006, p.36) enuncia, o que irá determinar o uso e o destino de armazenamento posterior do documento é a “forma / função pela qual” é criado e a verdadeira razão de existir do documento de arquivo.

O arquivo permanente tem como função capital agrupar, conservar e promover a consulta, e recuperação da informação após o arranjo e descrição do conjunto custodiado. O arranjo consiste em reordenar o conjunto seguidamente a aplicabilidade dos ditames da Tabela de Temporalidade Documental (TTD)¹. A descrição compreende um conjunto de procedimentos normalizados com objetivo de “[...] facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional” (Brasil, 2006, p10).

A utilização da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE)² possibilita a construção de instrumentos de pesquisa profícuos, oportunizando a identificação, localização, consulta e recuperação da informação de forma ágil. Segundo Bellotto (2006, p.180) “[...] os instrumentos de pesquisa são obras de referência que identificam, resumem e localizam, em diferentes graus e amplitudes, os fundos, as séries documentais e/ou unidades documentais existentes em um arquivo permanente”.

O acesso à informação de interesse público social é um direito garantido pela Constituição Federal Brasileira de 1988. Conforme o Art. 5º, inciso XXXIII é assegurado a qualquer pessoa solicitar informações ao governo, mesmo que para uso privado.

[...] todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (Brasil, 1988, Art. 5).

Esse direito foi regulamentado a posteriori pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação. No entanto, o direito de acesso à informação possui algumas restrições, pois os órgãos públicos devem respeitar a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, além das liberdades e garantias individuais (Brasil, 2011, Art. 31). Destaca-se que a Constituição Federal Brasileira, de 1988, foi o primeiro instrumento legal no país a trazer uma garantia para o cumprimento do direito à informação.

Portanto, esta seção da pesquisa buscou antecipar as discussões acerca da difusão em

¹ Tabela de Temporalidade Documental (TTD) é um instrumento de destinação que auxilia a gestão documental. Nela serão definidos os prazos de guarda “tendo em vista a transferência, recolhimento, descarte ou eliminação de documentos” (Arquivo Nacional, 2005, p.158). A adoção da TTD é aprovada por autoridade competente.

² A Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) foi desenvolvida pela Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA) a partir de apreciações de normas internacionais para descrição de documentos arquivísticos, adaptando-as à realidade brasileira. A CTNDA integra um conjunto de outras câmaras técnicas do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) que tem a finalidade de abordagem e normalização arquivística específicas. A NOBRADE foi publicada em 2006.

arquivos permanentes, considerando sua característica mediadora entre o passado e o presente, um dispositivo pelo qual as vozes do passado ressoam no contexto contemporâneo, enriquecendo nossa compreensão da história e da cultura. Ao examinar mais profundamente essa temática, na próxima seção apresenta-se a metodologia para compreender e interpretar as informações qualitativas e contextuais presentes nos estudos revisados.

3 METODOLOGIA

Na condução de uma pesquisa científica, a definição dos métodos apropriados para análise é de crucial importância para alcançar os objetivos delineados. Tais métodos, por sua vez, servem como guias orientadores, permitindo que a investigação proceda de maneira sistemática e racional, em direção à obtenção de conhecimentos válidos e verídicos. De acordo com Marconi e Lakatos (2010),

Método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (Marconi; Lakatos, 2010, p.65).

Essa compreensão enfatiza a importância de um processo de pesquisa criterioso, especialmente no que diz respeito à seleção e emprego de procedimentos e técnicas apropriadas, direcionadas para a realização dos objetivos propostos no estudo. Com base na problemática, justificativa, objetivo geral e objetivos específicos previamente apresentados na introdução, buscou-se não somente caracterizar a pesquisa, mas também traçar os contornos dos procedimentos, técnicas e instrumentos destinados à coleta, tratamento e análise dos dados, a fim de fundamentar a posterior discussão à luz da literatura.

A natureza desta investigação reside na pesquisa básica, voltada para o aprofundamento do conhecimento sobre a temática em questão, com o propósito de aplicar esse conhecimento em contextos práticos. Além disso, a pesquisa é também bibliográfica, dada a natureza da análise adotada, a revisão narrativa, na qual se busca explorar fontes especializadas relacionadas aos conteúdos em debate. Este tipo de revisão literária não se pauta por um protocolo metodológico rígido para análise, mas requer especificidades quanto à origem dos estudos examinados. Como observado por Rother (2007), uma revisão narrativa é propícia

[...] para descrever e discutir o desenvolvimento ou o "estado da arte" de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual. As revisões narrativas não informam as fontes de informação utilizadas, a metodologia para busca das referências, nem os critérios utilizados na avaliação e seleção dos trabalhos. Constituem, basicamente, de análise da literatura publicada em livros, artigos de revista impressas e/ou eletrônicas na interpretação e análise crítica pessoal do autor (Rother, 2007, p.1).

literatura do campo da Arquivologia, bem como identificar possíveis lacunas que possam sugerir novas áreas de investigação no campo. Para essa finalidade, as etapas da revisão narrativa seguiram-se da: (1) definição das temáticas de interesse; (2) busca na literatura especializada em Arquivologia; (2) seleção, leitura crítica e análise dos artigos identificados; (3) elaboração da revisão e, (4) elaboração das referências.

No que concerne à coleta de dados, foi empregada a técnica de levantamento bibliográfico, tendo como base os últimos cinco anos de publicações na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), abordando as temáticas a seguir:

- a) Arquivo permanente: princípios e métodos de tratamento;
- b) Difusão da informação arquivística.

A partir dessa busca, foram identificados e selecionados 13 artigos científicos, observando-se os critérios predefinidos: artigos da área da arquivologia, artigos escritos por arquivistas (primeira autoria e/ou coautoria), artigos com palavras-chave relacionadas as temáticas, artigos com alta relevância (seguindo padrão da base de dados analisada), conforme quadro abaixo:

Quadro 1 - Levantamento bibliográfico na BRAPCI conforme critérios da pesquisa

| TÍTULO DO ARTIGO | AUTORIAS | PERIÓDICO | ANO |
|---|---|---|------------|
| Análise documental: a representação da informação em arquivos permanentes | AGUIAR, Dyego Miguel V.de; MARTINS, Gracy Kelli. | Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação | 2018 |
| Era digital e seus impactos: visitar, ou não, o arquivo público? | SANTOS, Hercules Pimenta | Ágora | 2018 |
| Memória da loucura e as reflexões sobre a reforma psiquiátrica brasileira: o papel dos arquivos para a construção de políticas públicas na saúde mental | RIBEIRO, Daniele Corrêa; LAMB, Nayara Emerick; MASCARENHAS, Wilma Fernandes | Acervo - Revista do Arquivo Nacional | 2018 |
| Uma perspectiva interdisciplinar da difusão dos arquivos | LOPES, Bianca da Costa Maia; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro | Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2018. | 2018 |

| | | | |
|--|---|---|------|
| Perfil e lugar dos arquivos privados institucionais em entidades custodiadoras cariocas | TERRADA, Gabriela Ayres Ferreira; FONSECA, Vitor Manoel Marques da | Informação & Informação | 2019 |
| O perfil e as necessidades de informação dos usuários do Arquivo Histórico de Joinville (SC) | SOUZA, Luiza Morgana Klueger; EGGERT-ST EINDEL, Gisela; ARDIGO, Julibio David | Ágora | 2019 |
| A abordagem da difusão arquivística nos artigos de periódicos científicos A1 das áreas do conhecimento “Comunicação e Informação” e “Educação” da CAPES | MARTENDAL, Fernanda Frasson; SILVA, Eva Cristina Leite | Ciência da Informação em Revista | 2020 |
| Reflexões biblioteconômicas no serviço de referência em arquivos permanentes | BRAGATO, Adriane; MEDEIRO S, Enderson | BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação | 2020 |
| Mediação e difusão em arquivos | SANTOS NETO, João Arlindo dos; BORTOLIN, Sueli | Informação em Pauta, | 2020 |
| O contexto da política de indexação em arquivo permanente: um estudo de observação participante da prática profissional de arquivistas | NAKAGAWA, Jacqueline; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; FUJITA, Mariângela | Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação | 2021 |
| Difusão de acervos arquivísticos: Memória e Informação | TROTТА, Luis Felipe Dias | Memória e Informação | 2021 |
| Visitas virtuais a instituições que promovem a guarda de documentos arquivísticos permanentes no contexto da pandemia de COVID-19: relato de experiência | MENEZES, Cleice; RODRIGUES, Georgete | Archeion Online | 2021 |
| Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional | ROCKEMBACH, Moisés | Informação Arquivística | 2022 |

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

Após a leitura e análise dos textos, foi realizada a compilação das referências para desenvolver a redação do fichamento, ou seja, o registro do conteúdo das informações a respeito das temáticas necessárias para revisão narrativa desta pesquisa. Conforme o delineamento traçado no percurso metodológico da pesquisa, sobre as temáticas utilizadas para nortear a coleta de dados, encontrou-se o total 153 referências utilizadas pelas autorias dos 13 artigos recuperados, observados em:

- a) Arquivo permanente: 111 referências utilizadas;
- b) Difusão da informação arquivística: 42 referências utilizadas.

A partir desses referenciais, foram identificadas tendências contemporâneas e evidenciadas algumas lacunas. A especificidade de ações que contemplem a difusão da informação em arquivos permanentes, delineada por Chaves (2020) e Lopes (2018), é interpretada nesta pesquisa como tendência e uma lacuna na área da Arquivologia. Destacamos essa característica singular ao mencionar autorias já estabelecidas que são atemporais e clássicas, como Bellotto (2006) e Rousseau e Couture (1998), que foram identificadas durante o levantamento bibliográfico.

A seguir, apresenta-se nas próximas seções, a síntese das descobertas dos estudos analisados, de forma a permitir a exploração e a explicação de conceitos e teorias presentes na literatura, proporcionando uma visão mais profunda das nuances e inter-relações, direcionando estudos futuros.

4 PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO

É atribuída a competência de proteger e legislar “[...] os documentos, as obras e outros bens de valor histórico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos [...]” (Brasil, 1988, Arts. 23-24) à União, Estados, Distrito Federal e Municípios pela Constituição Federal de 1988. Sobre os documentos de arquivo, a Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, conhecida como Lei de Arquivos, apresenta em seu Artigo 1º o dever do Poder Público sobre a gestão e proteção e no Artigo 2º, a definição de arquivo para interpretação da legislação.

Art. 1º - É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação. Art. 2º - Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades

privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (Brasil, 1991, Art. 1º - Art 2º).

Também está prevista entre os ditames desta Lei a possível manifestação de interesse de documentos de arquivos privados pelo Poder Público: “[...] desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional” (Brasil, 1991, Art. 12). Documentos permanentes de “[...] valor histórico, probatório e informativo devem ser definitivamente preservados” (*ibid.*, Art.8º, §3º).

Ações de preservação documental são relevantes para os diferentes tipos de acervos arquivísticos, tanto físicos tradicionais quanto digitais. Com relação aos acervos físicos, entende-se preservação como ação para “[...] prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico” (Arquivo Nacional, 2005, p.134).

A preservação de documentos físicos, principalmente em suporte papel³, envolve processos como acondicionamento, climatização (controle ambiental), reconhecimento do tipo de suporte e pigmentos utilizados, desacidificação de suporte, encapsulação, higienização e outras práticas de conservação, voltadas para a estabilização dos documentos e processos intelectuais, tais como a adoção de políticas, necessárias para administrar ações com regularidade contínua, principalmente, devido à característica que o documento de arquivo possui, a unicidade, ou seja, trata-se de um elemento singular.

Michèle V. Cloonan (2017, p.108) orienta que a preservação de documentos arquivísticos deve ser fiel ao princípio da proveniência baseada no modelo do *continuum* ou no modelo do ciclo de vida do documento. A autora ressalta a relevância dos vínculos do documento, mesmo em se tratando de um exemplar único, contextualizado com seu produtor e com outros documentos do mesmo fundo. Cloonan (2017) define preservação como um processo que poderá incluir a conservação e a restauração, podendo ser aplicado em todo tipo de patrimônio, visando perpetuar a forma e a integridade do bem.

O valor histórico e probatório de documentos de caráter permanente possibilitará, enquanto fonte de informação, sua utilização por incontáveis vezes e dentro de contextos variados. Preserva-se o patrimônio com o objetivo de preservar a memória. Cloonan (2017) afirma que o documento é fruto do processo de escrita da memória, e atuar no estabelecimento sobre o que e como preservar pode ser considerado “[...] um ato cultural, social e político [...]” (Cloonan, 2017, p.111).

Ações de preservação procuram garantir o acesso, o uso e o reuso dos documentos pelo

[Revista Fontes Documentais, Aracaju, v. 07, Ed. esp. XII Seminário Hispano-Brasileiro, e72244, 2024 – ISSN 2595-9778](#)

tempo necessário. Estas ações serão comuns aos arquivos físicos tradicionais e aos arquivos digitais, com relação aos digitais serão comuns tanto aos natos digitais, quanto aos que foram convertidos digitais.

Luz (2018) menciona o diferencial da preservação “tradicional” e a preservação digital entre os documentos em suporte físico³. A primeira, respectivamente, será aplicada apenas ao final do prazo de guarda intermediária, quando já estabelecido o caráter permanente do documento visando possíveis acessos futuros, enquanto a preservação digital, será aplicada durante todos os estágios do ciclo de vida ou de captura e processamento do documento, visando registrar situações específicas e variações ocorridas durante cada etapa em todo o processo.

Análoga à preservação de documentos físicos, a preservação digital necessitará de políticas, parâmetros e atividades que objetivam garantir o acesso à informação, além da sustentabilidade do funcionamento do lastro tecnológico (*softwares* e *hardwares*) para não ocorrer falhas ou vícios que impeçam a consulta à informação. Observa-se, então, a soma das ações de preservação a respeito dos documentos físicos convertidos para o digital: haverá o estabelecimento de práticas, de políticas e custos envolvidos enquanto documento em suporte físico e haverá as mesmas enquanto digital.

Sobre a sustentabilidade tecnológica, o maior desafio para a preservação digital é garantir a perenidade de todo o conjunto envolvido: físico, lógico e intelectual. É necessária a adoção de repositórios arquivísticos, procedimentos de manutenção e métodos de recuperação da informação através do tempo, mantendo a segurança e autenticidade dos documentos e da informação. As características do documento digital possibilitarão efetiva difusão de todo conteúdo visto o alcance temporal e geográfico através de dispositivos e redes digitais.

5 DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Para iniciar um debate sobre difusão em instituições arquivísticas, deve-se atribuir uma delimitação, ou se aproximar ao máximo, sobre a prática da difusão na área e definir um conceito próprio para a Arquivologia.

Não é aceitável se pensar que quaisquer formas e conteúdo de difusão sejam adotados acriticamente. Divulgar o conhecimento histórico baseado em documento de arquivo apenas não basta; além disso, parte significativa da produção historiográfica já se dedica a essa tarefa. Se esta história produzida a partir dos arquivos não carrega em seu conteúdo as especificidades dos conhecimentos técnicos e científicos típicos dos arquivos, essa difusão não é senão apenas parcial e precária (Chaves, 2020, p.79).

³ Documentos físicos em outros tipos de suporte, como exemplo documentos filmográficos (fotografias, películas de vídeo ou áudio), exigem técnicas para conservação, preservação e/ou restauro específicas. Buscou-se descrever sobre documentos em suporte papel por se tratar do tipo mais abundante em acervos arquivísticos não especiais.

Essa necessidade é também apontada por Lopes (2018), devido à identificação de uma lacuna na literatura da área, constatada após sua investigação sobre o tema. “Ressalva-se que há pesquisas sobre a função de difusão na área, porém ainda são escassas as investigações que aprofundam essa questão” (Lopes, 2018, p.95). Rockembach (2015), como produto da revisão de teorias, conceitos e aplicabilidades, elenca elementos que compreendem a difusão em arquivos:

[...] a difusão em arquivos consiste na busca de estratégias que visem a acessibilidade (facilitar o acesso, procurar vencer as barreiras tecnológicas e linguísticas), transparência (tornar público), atingir determinado público (através do marketing e demais ferramentas auxiliares), entender qual é o público (estudo de usuários e comportamento informacional), estudar as competências informacionais do público (literacia informacional / educação informacional, distinguindo-a da educação patrimonial), realizar a mediação (selecionar, filtrar, acrescentar qualidade informacional na recuperação de conteúdos), procurando uma maior proximidade dos usuários à informação contida nos acervos, por meio de vários canais de comunicação ou aqueles considerados mais adequados, considerando três vértices principais: os usuários, o conteúdo e a tecnologia (Rockembach, 2015, p.113).

A arquivística oferece, na tentativa de abarcar a função da difusão da informação, o conceito de disseminação da informação que, segundo o Dicionário brasileiro de terminologia arquivística, é o “[...] fornecimento e **difusão de informações** através de canais formais de comunicação [...]” (Arquivo Nacional, 2005, p.70, destaque nosso), uma das atividades resultantes do conjunto de procedimentos e técnicas da gestão documental. Chaves (2020) sugere que a difusão de arquivos mereça ser ressignificada para alcançar o status de atividade essencial e, não mais, atividade complementar, pois se relaciona diretamente com o acesso à informação, primordial as funções arquivísticas.

A difusão arquivística vem sendo debatida através de um novo paradigma tecnológico “[...] para designar as transformações originadas em decorrência do uso das tecnologias de informação e comunicação” (Santos, 2004, p.1). O ciberespaço se estabelece a partir da comunicação entre redes de computadores e a internet, e tem sido o caminho mais rápido e abrangente para a difusão da informação, ideia reforçada através da afirmativa de Castells (1999, p.82) “[...] a universalidade da linguagem digital e a pura lógica das redes do sistema de comunicação geraram as condições tecnológicas para a comunicação global horizontal”. Essa abordagem contribui com a comparação entre os arquivos sob o “[...] paradigma custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista e o paradigma pós-custodial, informacional e científico [...]” conforme exposto por Rockembach (2015, p.1), em que, resumidamente, a primeira prioriza a guarda do documento e a segunda foca na difusão da informação.

Da criação da Arpanet⁴, no final dos anos de 1960, para o emprego comercial da internet, como conhecemos hoje, foram aproximadamente trinta anos. A utilização dos canais de comunicação cresceu naturalmente, e a difusão da informação encontrou na internet maior velocidade, fluidez e amplitude em escala global. Para Mariz (2012) esse amplo processo espontâneo de comunicação era, e ainda é, desorganizado e diversificado.

Esta contextualização sobre o advento da internet e desenvolvimento das tecnologias de comunicação e ciências da computação, visam embasar o estado da arte da difusão da informação arquivística. Rockembach (2015) corrobora com este contexto quando incita que a instituição, o Arquivo, ao invés de aguardar a chegada de usuários presencialmente, deverá levar a instituição até os usuários por meio da tecnologia computacional e de informação. As mudanças, no âmbito das tecnologias aqui citadas, ficam visíveis em todas as etapas da gestão da informação arquivística, por fim, na difusão.

Os Arquivos, diante das necessidades impostas pela grave condição global com a pandemia de COVID-19, apropriam-se dos espaços cibernéticos para fins de cumprir uma entre tantas de suas funções: possibilitar o acesso à informação. O ciberespaço fortalece ainda mais o seu papel enquanto ágora contemporânea. Resguardando situações de informações sigilosas, as redes de computação possibilitam a informação pública acessível de modo amplo e, quase que, automático, possibilitando manifestações e ações em prol do cuidado e desenvolvimento da sociedade.

A difusão é parte de um programa de gestão da informação (criação, difusão, acesso, classificação, recuperação, proteção e conservação) a qual evidenciam três elementos (Rockembach, 2015): o usuário, o conteúdo e as tecnologias. Para cumprimento efetivo de seus objetivos, Moisés Rockembach sugere apropriação de algumas temáticas de outras áreas: “acessibilidade e transparência, marketing aplicado a serviços e produtos de informação, estudo de usuários, comportamento informacional, mediação da informação e literacia informacional.” (*ibid.*, p.16).

6 TRATAMENTO DOCUMENTAL EM ARQUIVOS PERMANENTES

O tratamento documental em arquivos permanentes é um conjunto de procedimentos e

⁴ *Advanced Research Projects Agency Network*, Arpanet, foi um sistema de rede de computadores desenvolvido em 1969 pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos para compartilhamento de dados militares estratégicos (Mariz, 2012).

atividades realizadas para garantir a organização, preservação e acesso eficiente aos documentos que têm valor histórico, administrativo, cultural ou legal a longo prazo. Esse tratamento visa assegurar que os documentos permaneçam acessíveis e legíveis ao longo do tempo, de modo a preservar a informação contida neles para as gerações futuras e possibilitar a pesquisa e a análise.

Heloísa L. Bellotto (2006) discrimina, com propósito didático, temas centrais e subtemas sobre o tratamento documental aplicado aos arquivos permanentes. Pode-se destacar: a identificação, ordenação e respeito aos fundos; a sistematização de arranjo; o sentido, importância e políticas de descrição documental, em paralelo à aplicação das normas internacionais e nacionais; criação, utilização e relevância dos instrumentos de pesquisa; ações de difusão com ênfase na difusão editorial, cultural e educativa.

Complementando a abordagem de Bellotto (2006) pode-se, através desta revisão narrativa, agregar outros temas que dizem respeito ao tratamento de documentos de caráter permanente, tais como: representação da informação para fins de recuperação informacional; digitalização com fito de preservação (detalhado anteriormente) e acesso à informação; cooperação interdisciplinar para favorecimento da difusão; utilização de tecnologias computacionais, rede de internet e virtualização de acervos. Surgem também, ainda que timidamente, pesquisas que versem sobre mediação da informação e estudos de usuários apropriados pela arquivologia.

Os arquivos permanentes requerem um tratamento documental especializado para garantir sua preservação e acessibilidade ao longo do tempo, contribuindo para a compreensão e a preservação da história e da cultura, além da manutenção da garantia de direitos. Isso inclui a aplicação de técnicas de conservação, descrição detalhada, organização e indexação para permitir que os pesquisadores e o público em geral possam explorar e compreender o conteúdo desses documentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a revisão narrativa, este estudo teve a oportunidade de explorar as últimas referências disponíveis nos últimos 5 anos na Base de Dados em Ciência da Informação. Isso permitiu uma apreciação inicial das fontes relevantes para o debate e pesquisa nessa área, incluindo autorias reconhecidas na área de estudo, legislação fundamental, normas e instituições essenciais para uma melhor compreensão do assunto.

O acesso à memória e a preservação documental são objetivos da arquivística. Preservar
[Revista Fontes Documentais, Aracaju, v. 07, Ed. esp. XII Seminário Hispano-Brasileiro, e72244, 2024 – ISSN 2595-9778](#)

os documentos de arquivo é uma obrigação do Poder Público, garantida pela Lei de Arquivos (1991). Discutido nos estudos analisados, o quão é necessário o apoio do Estado, para evitar o desmantelamento de patrimônio e equipamentos culturais, reforçando ações eficazes de preservação dos arquivos, atribuindo-lhes valor cultural, social e político. Preservação de documento de arquivo permanente compreende distintos suportes, como, por exemplo, papel e digital. Debates sobre preservação digital tem gerado múltiplas produções teóricas, técnicas e legais. Este campo está em constante expansão científica e está longe de ser concluído. Ações de preservação para documentos digitais envolvem desenvolvimento de *softwares*, garantia de acessibilidade, sustentabilidade e custos. O desenvolvimento contínuo das tecnologias de informação e comunicação é outro elemento de grande importância. A pandemia do COVID-19 acentuou consideravelmente essa questão, consolidando os espaços virtuais como um meio indispensável para a disseminação, acesso e recuperação de informações.

A difusão da informação arquivística, preocupada em resguardar o valor arquivístico, utiliza padrões normalizados da descrição arquivística a partir de normas internacionais e nacionais. No âmbito do tratamento documental de arquivos permanentes, importante ressaltar a subordinação aos princípios de organização, como o princípio da proveniência, o princípio da cumulatividade, o princípio da unicidade, o princípio da organicidade e o princípio da indivisibilidade, que são elementos essenciais no tratamento arquivístico e fundamentais para a estruturação do arranjo documental, delineados na maioria dos textos analisados sob esta temática. Para além destes princípios, destaca-se outra característica intrínseca ao arquivo permanente, que é sua função como fonte de informação e capacidade de assegurar o direito do cidadão para o acesso informacional.

A revisão de literatura, seguindo uma construção narrativa, mostra que a difusão da informação em arquivos permanentes é um assunto que requer a inclusão de outras temáticas para a concretização de teorias e práticas. Como apresentado na seção inicial desta pesquisa, este trabalho propôs contribuir para as discussões sobre o tema, sem pretensão de responder os questionamentos geradores da pergunta de partida a respeito do estado da arte sobre a difusão da informação em arquivos permanentes.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **Norma Brasileira de Descrição Arquivística** (NOBRADE). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 de agosto de 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 19 de agosto de 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n.11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAVES, Marcelo Antônio. O papel da difusão para fortalecimento da identidade de arquivo. **Revista do Arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2020. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/10/pdf/artigo_chaves.pdf. Acesso em: 19 de agosto de 2023.

CLOONAN, Michèle. Preservando documentos de valor permanente. EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

LOPES, Bianca da Costa Maia. **Popularizar ou perecer**: a potencialidade informacional dos arquivos na internet. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1016>. Acesso em: 19 de agosto de 2023.

LUZ, Charley dos Santos. Curadoria digital, custódia arquivística e preservação digital: relações possíveis. **Páginas A&B**, Arquivos e Bibliotecas (Portugal), n.10, p.92-103, 2018. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/4775/4905>. Acesso em: 19 de agosto de 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2010.

MARIZ, Anna Carla Almeida. **A informação na internet**: arquivos públicos brasileiros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

ROCKEMBACH, Moisés. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, v. 4, n. 1, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/41739>. Acesso em: 16 de agosto de 2023.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paul. Enferm.** v 20, n. 2, jun/2007. Disponível em: <https://acta-ape.org/article/revisao-sistemica-x-revisao-narrativa/>. Acesso em: 19 de agosto de 2023.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Paula Xavier dos. A dimensão política da Disseminação da Informação através do uso intensivo das tecnologias de Informação e Comunicação uma alternativa à noção de Impacto Tecnológico. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v.5 n.4. Paraná: BRAPCI - Base de Dados em Ciência da Informação, 2004. Disponível em <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/7627>. Acesso em: 19 de agosto de 2023.

Recebido/ Received: 21/08/2024
Aceito/ Accepted: 27/08/2024
Publicado/ Published: 27/12/2024